



HERANÇA IMPRESSA: O LIVRO E A MEMÓRIA

Laura Haffner da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
laurahaffners@gmail.com

Fabiano de Vargas Scherer
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
fvscherer@ufrgs.br

Airton Cattani
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
aacc@ufrgs.br

Resumo: Os livros de família têm a capacidade de conectar gerações através de seus relatos e imagens, sendo, portanto, a herança mais genuína que se pode deixar para as futuras gerações: valores, identidade e história. Este artigo procura resgatar a trajetória do livro físico na cultura ocidental e as implicações da memória enquanto consciência individual e coletiva como elementos importantes e norteadores para o desenvolvimento do projeto de um livro de família. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica exploratória, focando nos livros de família, com o propósito de elucidar a importância da memória na identificação dos indivíduos e do coletivo, onde os laços de ancestralidade fazem com que as lembranças do outro sejam também parte da nossa própria história. O desenvolvimento do projeto permitiu verificar a importância desses referenciais para sua qualificação, bem como o papel que o designer pode desempenhar na transmissão desses valores no desenvolvimento do projeto de um livro de família.

Palavras-chave: Design editorial, Livro, Memória, Livro de família.

1. INTRODUÇÃO

“Sou cético quanto ao progresso. Meus instintos são arqueológicos. Favoreço o deus Jano, que olha para trás e para frente ao mesmo tempo. Sem um elo vivo com o passado, o presente é o caos e o futuro, ilegível. Em nossa cultura os livros formam tal elo, talvez o elo principal, com certeza indispensável” (EPSTEIN, 2002. p.24).

Resultado de mais de quatro mil anos de história, o livro é a forma mais antiga de documentação do conhecimento. Sua evolução ao longo do tempo relaciona-se intimamente com a da humanidade (HASLAM, 2007). É justamente por sua importância ao longo da história, como por sua função de preservar histórias, que se buscou conhecer a trajetória do livro e, conseqüentemente, da escrita, bem como entender mais detalhadamente sobre o universo das memórias familiares, até chegar à intersecção de ambos os temas: os livros de família.

O objetivo deste trabalho é compreender os conceitos por trás de um livro de família, no contexto do design, explorando o livro físico, a memória e suas relações. Para atingir este propósito, buscou-se esclarecer a importância da memória na identificação pessoal e do coletivo, além do processo de escrita dessas memórias, resultando em biografias e autobiografias familiares.

Este estudo encontra-se dentro de uma finalidade prática, pois serve de fundamentação teórica para o posterior projeto editorial e gráfico de um livro físico de família relacionado aos antepassados de um dos autores deste artigo, que imigraram da Áustria para o Brasil no início do século XX. Através de relatos orais, documentos, fotografias e objetos, foi possível remontar o importante registro de sua história, mas além disso, o registro de toda uma época. A compreensão dos conceitos permite a exploração dos aspectos simbólicos relacionados ao conteúdo, de maneira com que o público-alvo se identifique e interaja com o objeto (livro).

Configura-se, então, como uma pesquisa exploratória bibliográfica (GIL, 2007), no qual o objetivo é proporcionar maior familiaridade com o tema. Inicialmente foi realizada uma pesquisa acerca do tema e dos termos “livro” e “memória”. Livro foi abordado pelo viés da história e do design. Memória foi abordada pelo viés da história, mais especificamente da área da cultura escrita, e da filosofia. Assim, foi realizado um levantamento bibliográfico, sem a intenção de esgotar o assunto, mas de buscar subsídios, onde os dados qualitativos obtidos foram, predominantemente, trechos das bibliografias com descrição de conceitos, nas áreas citadas. Foram levantados, nesta ordem, livros, capítulos de livros, artigos em periódicos e artigos em anais de eventos.

2. O LIVRO

Desde os primeiros povos a habitarem nosso planeta é notória a necessidade humana de deixar registros. Porém, foi apenas por volta de 3.000 a.C que a escrita surgiu como um sistema de registro organizado. Escritos em blocos de argila, os primeiros “livros” surgiram na Mesopotâmia. Valendo-se de símbolos codificados (pictogramas), os sinais eram traçados com a ajuda de finos pedaços de madeira em formato de cunha, ficando conhecidos, portanto, como “escrita cuneiforme” (JAHN, 2001; ROSSI FILHO, 2001). Paralelamente, desenvolvia-se no Egito a escrita hieroglífica. Os escribas, indivíduos que dominavam essa escrita, eram os responsáveis pela diagramação e ilustração dos textos, sendo considerados por Haslam (2007) como os

primeiros designers de livros. Apresentados em rolos, os livros egípcios eram feitos de folhas de papiro que, coladas umas às outras, eram enroladas em forma de cilindro e protegidas por um envoltório de couro (ROSSI FILHO, 2001).

“Na pedra, na argila ou no papiro, utilizando diversos sistemas de escrita, o homem registra sua vida ou faz reflexões a partir de suas experiências. Do registro factual a inúmeras formas de manifestação literária, ele começa a ter uma história” (JAHN, 2001, p.44).

Por volta de 150 a.C, os sábios do reino de Pérgamo, na Ásia Menor, produziram uma membrana a partir da pele de carneiro que, após ser esticada em um caixilho, era secada, branqueada com giz, polida e alisada com pedra-pomes. Essa membrana ficou conhecida como “pergaminho”, dado o local de sua origem (HASLAM, 2007). Aos poucos, os rolos de papiro foram substituídos pelos de pergaminho em todo Ocidente. No entanto, foi apenas ao longo dos séculos II e III que os romanos inovaram substituindo o formato de rolo pelo de códice (*codex*). Devido a suas dimensões e resistência, percebeu-se que o pergaminho aceitava ser dobrado sem danificar-se, possibilitando que suas folhas fossem “ligadas borda a borda, dobradas e depois empilhadas e atadas ao longo de uma das margens” (HASLAM, 2007, p.6), assemelhando-se, assim, a conformação do livro impresso que conhecemos hoje. Na Idade Média, os monges copistas adotaram o formato de códice para seus manuscritos, cultivando a arte da caligrafia e ilustrando-os ricamente com iluminuras (JAHN, 2001).

Apenas no século XV, uma invenção viria a suplantar as técnicas manuscritas. Johannes Gutenberg adotou e aprimorou um processo de impressão utilizado desde o século XI pelos chineses, o tipo móvel. Graças a suas habilidades com o trabalho em metal, sua familiaridade com as prensas para esmagar uvas no processo de fabricação do vinho, bem como noções construtivas do códice e conhecimento da existência do papel – desenvolvido na China por volta do século II da era cristã –, Gutenberg produziu a Bíblia de Gutenberg, o primeiro livro europeu impresso (JAHN, 2001; HASLAM, 2007). “O livro impresso tem papel fundamental na revolução do pensamento e do saber verificada no século XVI. Ele agilizou e estimulou a troca de ideias e sua repercussão entre um número crescente de pessoas.” (JAHN, 2001, p.45).

O aperfeiçoamento da mecanização da imprensa aliado às mudanças tecnológicas na produção do papel e à implantação das ferrovias, no século XIX, proporcionaram as condições necessárias para atender à demanda crescente das sociedades industrializadas. Foi também ao longo desse século, que os ofícios do livro desenvolveram um modelo de negócios, tal como conhecido atualmente (EPSTEIN, 2002; LYONS, 2011).

Fica evidente, através do percurso do livro, a dificuldade que temos de defini-lo, pois este depende diretamente do suporte utilizado: das tabuletas de argila, passando pelos rolos de papiro até o códice de pergaminho, todos com características muito particulares de formato, diagramação e produção. O Quadro 1 mostra definições contemporâneas de “livro” apresentadas por alguns dos autores utilizados como referência, bem como a definição geral da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura):

Quadro 1: Definições de livro.

UNESCO, 1950	Publicação não-periódica impressa de no mínimo 48 páginas, além da capa, publicada no país e disponibilizada ao público.
MARTINS FILHO & ROLLEMBERG, 2001, p.47	O livro [...] é tanto um veículo informativo, uma espécie de guia, quanto um objeto que também pode e deve proporcionar o prazer e gosto estético criado pelo hábito da leitura.
HASLAM, 2007, p.9	Um suporte portátil que consiste de uma série de páginas Impressas e encadernadas que preserva, anuncia, expõe e transmite conhecimento ao público, ao longo do tempo e do espaço.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Neste trabalho, a análise escolhida é a dos componentes subjetivos e os tipos de memória relevantes são os de consciência individual e coletiva, principalmente as memórias de reconhecimento e as memórias fluxo-de-duração-pessoal, por compreenderem o aspecto seletivo e afetivo da memória. A par disso, o enfoque dado é o filosófico: o objetivo é elucidar a importância da memória na identificação dos indivíduos, o chamado “aspecto individual da memória”, que traduz um sentimento próprio e particular do tipo “eu sou quem eu sou porque fui o que fui” (BARROS, 1989; CARDOSO, 2012); mas também coletivo, no caso das memórias familiares, onde os laços, caracterizados pela ancestralidade, fazem com que as lembranças do outro sejam parte da nossa história também (SILVA & SILVA, 2009).

Atualmente, vivenciamos outra revolução na definição do livro por conta do surgimento de um novo suporte, o digital. Mudando a forma física do livro ao remover seu tradicional suporte – o papel –, a revolução eletrônica suscita temores similares aos despertados pela invenção da imprensa há 500 anos (HASLAM, 2007). Para contrapor esses temores, Araújo pondera que “O ‘livro’ poderá, assim, para certos fins, apresentar-se sob outra técnica física. Mas, enquanto perdurar o rigor da leitura a sós, o enlevo da leitura a sós, a emoção do manuseio sensual das páginas, enquanto isso perdurar, teremos os livros-livros, esses que estão aí incorporados a nossa maneira de sermos humanos” (2008, p.20-21).

3. A MEMÓRIA

Entende-se o termo “memória” como uma evocação do passado, a “capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-o da perda total” (CHAUI, 2000, p.158). Ou seja, é a maneira de conservar um momento que ficou para trás e que não retornará, bem como nossa primeira experiência de tempo e de espaço, ambos fundamentais para a rememoração do passado na medida em que são a essência da memória (BARROS, 1989).

Para Cardoso (2012), memória é toda experiência deslocada de seu ponto de partida. É o registro de vivências, mas não apenas isso: é também o processo de reconstituição do passado, no qual buscamos lembrar o que se viveu e aprendeu, e como relacionamos isso com uma situação do presente. “Reza o dito popular que ‘recordar é viver’, e podemos afirmar o inverso: que viver é, em grande parte, um processo de recordar. Memória e experiência estão intimamente relacionadas, uma alimentando e constituindo a outra” (CARDOSO, 2012, p.74).

Pode-se abordar esse tema por inúmeros vieses: através da psicologia, da neurofisiologia, da biologia, da pedagogia, da antropologia, da sociologia, entre outros.

Chauí (2000) separa essas abordagens em duas análises distintas: a dos componentes objetivos da memória, preocupada em desvendar o funcionamento das atividades físico-fisiológicas e químicas de gravação e registro cerebral das lembranças (como a teoria da *Gestalt*, na psicologia); e a dos componentes subjetivos, voltada para o entendimento da relevância do fato gravado, seu significado emocional, o modo como nos marcou e sua necessidade em nossa vida prática. Neste contexto, a autora propõe a classificação da memória de acordo com suas funções (Quadro 2).

Para este estudo, a análise escolhida é a dos componentes subjetivos e os tipos de memória relevantes são os de consciência individual e coletiva, principalmente as memórias de reconhecimento e as memórias fluxo-de-duração-pessoal, por compreenderem o aspecto seletivo e afetivo da memória. A par disso, o enfoque dado é o filosófico: o objetivo é elucidar a importância da memória na identificação dos indivíduos, o chamado “aspecto individual da memória”, que traduz um sentimento próprio e particular do tipo “eu sou quem eu sou porque fui o que fui” (BARROS, 1989; CARDOSO, 2012); mas também coletivo, no caso das memórias familiares, onde os laços, caracterizados pela ancestralidade, fazem com que as lembranças do outro sejam parte da nossa história também (SILVA & SILVA, 2009).

Quadro 2: Tipos de memória.

Memória perceptiva ou de reconhecimento	Nos permite reconhecer coisas, pessoas, lugares etc. É indispensável para nossa vida cotidiana.	→ Consciência individual e coletiva
Memória-hábito	Adquirida por atenção deliberada ou voluntária, ou através da repetição de gestos ou palavras até sua interiorização, de forma que possamos repeti-los inconscientemente.	→ Consciência individual e coletiva
Memória fluxo-de-duração-pessoal	Nos permite guardar a lembrança de coisas, fatos, pessoas e lugares cujos significados sejam importantes para nós, tanto do ponto de vista afetivo quanto do ponto de vista de nossos conhecimentos.	→ Consciência individual e coletiva
Memória social ou histórica	É fixada por uma sociedade através de seus mitos fundadores e de relatos, registros, documentos, monumentos, datas, nomes de pessoas, fatos e lugares que possuem significado para a vida coletiva.	→ Consciência individual e coletiva
Memória biológica da espécie	É gravada no código genético das diferentes espécies de vida e possibilita a repetição da espécie.	→ Inconsciente e puramente física
Memória artificial das máquinas	Baseada na estrutura simplificada do cérebro humano.	→ Técnica

Fonte: CHAUI (2000). Adaptado pelos autores.

Segundo Barros (1989), a importância do grupo familiar no processo de reconstrução do passado advém do fato de a família ser, simultaneamente, o objeto das recordações e o espaço em que essas tendem a ser avivadas. Compostas pelas lembranças dos indivíduos ou que lhes foram repassadas, as memórias familiares não pertencem somente aos que as vivenciaram, mas são entendidas como propriedades da família e parte de uma trajetória comum (SILVA & SILVA, 2009).

Para auxiliar nesse processo existem as fotografias e uma infinidade de objetos (móveis e utensílios, por exemplo). Como peças arqueológicas, as fotografias ajudam a preservar um episódio ou detalhe da vida. A imagem ali registrada é a documentação necessária para trazer veracidade às reminiscências da memória (BARROS, 1989). Objetos também podem tornar-se símbolos e ser transcritos como bens que contêm e contam uma história. Chamados de “mementos” ou “memorabilia”, esses artefatos pertencem ao vasto universo dos objetos que nos remetem a vivências, a hábitos e até a pessoas, funcionando como suportes para preservar e atestar memórias (BARROS, 1989; CARDOSO, 2012).

“Alguns objetos, por serem os figurantes permanentes ou os acessórios de cenário de nossa existência, e outros, por guardarem em si o testemunho de nossas grandes e pequenas façanhas, adquirem um significado especial, chegando a ter uma relação tão íntima conosco que passam a fazer parte de nossa identidade. São objetos rituais dessa religião única que é a nossa existência e da constituição de uma identidade e de uma individualização” (COSTA, 1995, p.38).

Costa (1995) revela estes elementos como tesouros domésticos, individuais ou familiares, com valor predominantemente pessoal e simbólico. Esses objetos compõem verdadeiros acervos particulares, plenos de significado e identidade. Muitas vezes retirados de seu ciclo de vida útil, esses objetos são conservados e legados à posteridade, perdendo sua função prática e funcional, porém atingindo outra e mais profunda dimensão: a histórica, como testemunhas da existência de uma pessoa ou família. “A transmissão de bens simbólicos às gerações seguintes situa a família como o lugar dessa passagem, fazendo de cada descendente o alvo e ao mesmo tempo o veículo da preservação dos valores familiares” (BARROS, 1989, p.7).

Além de capazes de contar histórias da vida cotidiana e de suas personagens, esses bens “nostálgicos”, mantidos de geração a geração, são também registros concretos de uma época, e, portanto, informam sobre os valores estéticos, as visões de mundo, o grau de desenvolvimento tecnológico, além dos usos e costumes de determinadas civilizações e períodos históricos, possibilitando o reconhecimento da cultura em que os mesmos foram originados (DUPRAT, 2002; FAGGIANI, 2006).

Para Faggiani (2006), os aspectos materiais não podem ser separados dos sociais, pois ambos são regidos por uma característica comum, o significado. Já para Cardoso (2012), o significado nada mais é do que a percepção dos usuários: sem um sujeito capaz de atribuir valor a um artefato, ele poderá ser considerado “lixo”, ou seja, matéria desprovida de sentido ou propósito. Quando associamos a um artefato uma série de valores e juízos relacionados à nossa história individual ou coletiva, estamos comprovando a teoria de Cardoso (2012) de que os artefatos materiais são também comunicação, informação, signo, ou seja, possuem uma dimensão imaterial.

Esta dimensão imaterial pode ser analisada no campo da semiótica. Niemeyer adota a definição de signo como “algo que significa alguma coisa para alguém em determinada circunstância” (2009, p.35), não sendo a “coisa” em si, mas sim a sua representação. O signo, portanto, tem o papel de mediador entre algo ausente (a situação ocorrida) e um intérprete presente (a memória) e pode ser uma ocorrência de qualquer natureza, desde que se conecte de algum modo a uma experiência anterior.

É com o intuito de preservar essas representações do tempo que passou, mantendo as recordações longe do buraco negro do esquecimento, que muitas

peças acabam por “arquivar a própria vida”. O termo apresentado por Artières (1998) refere-se a prática íntima de guardar essas lembranças (seja através dos artefatos que funcionam como gatilhos de memória, ou por meio de registros escritos ou orais), que serão a base para, quem sabe um dia, escrever o livro da própria vida, sendo agraciado com a imortalidade prometida pela deusa grega *Mnemosyne*: a de sobreviver através desses registros. “Devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro, mas, sobretudo para existir no cotidiano” (ARTIÈRES, 1998, p.6).

4. LIVROS DE FAMÍLIA

A prática de produzir registros, como visto na trajetória dos livros, não é recente. O homem sempre teve a necessidade de deixar vestígios de sua existência e encontrou, ao longo da história, os mais diversos modos de fazê-lo. Mas foi apenas no final do século XVII que esses registros começaram a se proliferar de maneira mais notável. Com a consolidação da linguagem escrita, surgiram os *livres de raison*, livros de contabilidade que misturavam informações referentes à produção com informações da vida privada de seu autor: casamentos, nascimentos e óbitos apareciam entre dados e datas de colheita e plantio.

A respeito desses livros, Foisil (2009) explica:

“Em seu aspecto primeiro e mais elementar são, em geral, um livro de contas; e mesmo quando são mais elaborados e mais ricos de informações, ainda assim articulam-se e elaboram-se em torno da contabilidade. Escritos no dia-a-dia, na imediata transcrição cotidiana, baseiam-se num esquema simples: o da vida de cada dia em seu ritmo, seus mais prosaicos aspectos materiais, suas atividades mais comuns, registradas numa escritura elementar, em fórmulas que se repetem” (FOISIL, 2009, pp.324-325).

Com a disseminação da escrita – e tendo sua origem nos *livres de raison* – os diários íntimos e livros de memórias ganharam força no século XVIII, constituindo-se ao longo desse período como expressões essenciais da escritura privada (FOISIL, 2009; ARFUCH, 2010). Nessa época, “indivíduos ‘comuns’ passaram a produzir, deliberadamente, uma memória de si” (GOMES, 2004, p.10). Essa prática, assinalada pelo surgimento das palavras “biografia” e “autobiografia”, atingiu seu apogeu no século seguinte, não por acaso, coincidindo com a institucionalização dos museus e abrindo caminho para o que se denomina, em literatura, romance moderno (GOMES, 2004). “Biografias, autobiografias, confissões, memórias, diários íntimos, correspondências dão conta, há pouco mais de dois séculos, dessa obsessão por deixar impressões, rastros, inscrições dessa ênfase na singularidade, que é ao mesmo tempo busca de transcendência” (ARFUCH, 2010, p.15).

Diferentemente da mera produção de registros, a “produção de si” é histórica e culturalmente datada, pois resulta de uma sociedade moderna individualista, que tem por base um contrato político-social que reconhece todos os indivíduos como livres e iguais. Essa importância da vida individual permite ao indivíduo conceber sua vida como uma aventura digna de ser compartilhada, tornando-a matéria passível de sobreviver na memória de si e dos outros (CALLIGARIS, 1998; GOMES, 2004).

Marcado pela temporalidade e pelo caráter narrativo da experiência (ARFUCH, 2010), o ato biográfico engloba um diversificado conjunto de ações, que vai desde a

escrita de si propriamente dita até a constituição da memória de si, realizada por meio do recolhimento de evidências materiais das vivências narradas (GOMES, 2004).

“Os registros de memória dos indivíduos modernos são, de forma geral e por definição, subjetivos, fragmentados e ordinários como suas vidas. Seu valor, especialmente como documento histórico, é identificado justamente nessas características, e também em uma qualidade decorrente de uma nova concepção de verdade, própria às sociedades individualistas” (GOMES, 2004, p.13).

Neste contexto, Calligaris (1998) sugere a distinção entre essas variadas “escrituras de si” nas seguintes categorias (Quadro 3). Como se pode perceber, em suas diferenciadas formas, o gênero biográfico consiste em relatos de uma história ou experiência de vida e, embora sejam inicialmente uma “cartografia da trajetória individual”, essas narrativas de identidade acabam por revelar acentos coletivos na medida em que fornecem depoimentos insubstituíveis a respeito da vida privada em determinada sociedade e época, tendo uma conexão indissociável do contexto em que ocorreram (FOISIL, 2009; ARFUCH, 2010; STEPHANOU, 2010). “Vida de dentro, mas também vida de fora; gestos do interior, mas também gestos do exterior que pertencem igualmente à vida privada. Livro do espaço privado, mas também livro do tempo privado” (FOISIL, 2009, p.326).

Quadro 3: Tipos de “escrita de si”.

Autobiografia	Escrito recapitulativo, quase retrospectivo, que visa construir ou inventar a imagem no tapete de uma vida.
Diário íntimo (journal)	Geralmente afastado dos eventos externos, meditativo, desenvolve uma imagem de vida interior.
Diário (diary)	Anotações do dia-a-dia; sem a ambição de estabelecer ou propor um padrão.
Memórias (memoirs)	Anotações dos fatos, sobretudo os acontecimentos externos, como para se lembrar do que aconteceu.
Memórias materiais	Desde fotos até a simples acumulação de objetos e documentos. Esses conjuntos às vezes confusos, outras vezes ordenados e organizados, reunidos ou não com o intento de constituir um arquivo, se transformam inevitavelmente em arquivos pessoais (autobiografias materiais, por assim dizer).

Fonte: CALLIGARIS (1998). Adaptado pelos autores.

Para Levillain (2003), a biografia configura-se como “o melhor meio de mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova da vida” (LEVILLAIN, 2003, p.176). Embora possuam ênfase na vida individual, as autobiografias – diferentemente das biografias – apresentam o relato da própria existência e, portanto, supõem a cultura da expressão do “Eu”, transmitindo não apenas a história, mas também a personalidade de seu autor: sua identidade como narrador e personagem (LEVILLAIN, 2003; FOISIL, 2009). A respeito das autobiografias, Arfuch (2010) salienta ainda que, embora esse tipo de escrita possa adotar tons narcísicos, ela nunca será “unipessoal”, pois “envolverá necessariamente a relação do sujeito com seu contexto imediato, aquele que permite

se situar no (auto)reconhecimento: a família, a linhagem, a cultura, a nacionalidade” (ARFUCH, 2010, p.141).

Zinsser (2006), por outro lado, propõe a diferenciação entre autobiografia e memórias. Dada a abrangência de cada uma, analisa que enquanto a autobiografia busca resumir toda uma vida, as memórias ignoram a maior parte dela, na medida em que funcionam como “recortes” que, graças a sua composição seletiva aparentemente casual e aleatória, possibilitam uma reconstrução consciente e deliberada dos eventos passados. Ou seja, as memórias, de acordo com sua criação narrativa, caracterizam-se pelo “passar a limpo” a própria história, como peças de um quebra-cabeça que, ao se completar, conta a vida de seu dono (BARROS, 1989; ARFUCH, 2010).

Nos livros de memórias familiares, portanto, esse “quebra-cabeça”, bem como os limites da vida, expandem-se pela recordação dos relatos, conectando diversas gerações em torno de histórias comuns. Segundo Stephanou (2010), essas “narrativas sobre os aspectos cotidianos da vida familiar, costumes de um determinado grupo social, religioso, de gênero, remontam o arduo e escorregadio trabalho da memória” (STEPHANOU, 2010, p.5) e constituem as relíquias da vida singular do pequeno tesouro que é a família.

Não importando sua forma, cada vez mais dá-se crescente destaque à guarda de registros que materializem a história do indivíduo e dos grupos a que pertence. Segundo Gomes (2004), o Brasil experimenta nos últimos anos um *boom* das publicações de caráter biográfico e autobiográfico, revelando um interesse cada vez maior dos leitores por esse gênero – focado na “escrita de si” – que variam de diários íntimos a biografias históricas, e que abrangem tanto o âmbito privado quanto o social, numa mistura homogênea de ambos.

“Em todos esses exemplos do que se pode considerar atos biográficos, os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas” (GOMES, 2004, p.11).

Sem resposta para as grandes questões filosóficas, parcialmente nos socorremos dos livros de memória, quer sejam biográficos, autobiográficos ou de memórias de família, para acalmar nossa sede de saber sobre a finalidade de nossa existência: vamos nos conformando com a experiência conhecida da vida concreta, diária, de pessoas como nós.

5. HERANÇA IMPRESSA: O PROJETO DE UM LIVRO DE FAMÍLIA

O livro de memórias é um modo potencial de fazer as memórias resistirem ao tempo e ampliarem seu alcance. A sua relevância, tanto no âmbito privado quanto no coletivo, justificam esse estudo que serviu de base para o posterior desenvolvimento dos projetos editorial e gráfico de um livro de família impresso, que teve como foco a exploração dos aspectos simbólicos relacionados ao conteúdo, a fim de que o público-alvo pudesse identificar-se e apropriar-se do objeto.

Ainda que estejamos presenciando a inegável expansão e popularização dos livros digitais, o livro em sua forma impressa foi escolhido como suporte para apresentação de tal conteúdo dada a afinidade conceitual existente entre ambos: a ideia de tradição. Ademais, há a necessidade de conferir materialidade a essas

memórias, tornando-as “palpáveis” e acessíveis, dispensando a necessidade de qualquer outro dispositivo, que não o próprio objeto livro. Independente e perene, o livro impresso permite também a exploração de outros recursos interativos sensoriais, capazes de promover o apelo emocional desejado.

Com o intuito de evitar que as memórias ancestrais acabassem se perdendo com o passar das gerações, propôs-se a criação de um livro que contivesse relatos familiares e fotografias, além da catalogação de objeto, repletos de significados, que fazem parte da trajetória da família de um dos autores deste artigo. Dessa forma, o livro serve como uma “herança impressa”, pois além de perpetuar essa história, salvando-a do esquecimento, é também uma forma de informar sobre as relíquias da família a todos os seus membros, evitando que se dispersem ou pereçam com o passar dos anos.

A partir do referencial coletado e do entendimento a respeito da carga emocional e da ideia de tradição inerentes ao conteúdo trabalhado, optou-se por projetar um livro com as seguintes características:

- Impresso, pois além de perene, esse suporte remete a ideia de tradição, devido a consolidação de seu formato físico ao longo de centenas de anos;
- Durável, pois a relação emocional com um objeto dessa natureza mantém-se ao longo de gerações;
- Atemporal, evitando modismos que deixassem o livro datado e rapidamente ultrapassado e desinteressante;
- Legível, buscando um suporte e uma tipografia confortáveis para leitura, bem como sensíveis ao conteúdo trabalhado;
- Artesanal, valendo-se de acabamentos que propiciassem a interação e identificação dos usuários com o objeto livro;
- De baixa tiragem, pois se destina inicialmente apenas aos membros da família cuja história foi editada.

Os requisitos de projeto, juntamente com os conceitos elaborados orientaram todas as decisões projetuais, conformando o livro da seguinte forma (Figuras 1 e 2).



Figura 1: Livro Herança impressa (Capa, detalhe da encadernação e página pré-textual).

Fonte: Elaborado pelos autores.



Figura 2: Livro Herança Impressa (exemplo de página de texto, página de imagem e álbum de família).
Fonte: Elaborado pelos autores.

A mancha gráfica das páginas foi definida a partir da adaptação do Canône de Van Graff ao formato selecionado. Também conhecido por ‘cânone secreto’, essa fórmula medieval tradicional, imponente e elegante de divisão da página, baseia-se na proporção áurea e funciona para qualquer página ou bloco de texto, fazendo com que ambos fiquem em uníssono.

Escolheu-se a encadernação manual costurada, com capa dura e revestimento em couro, pois, além de ser um método bastante consagrado de encadernação, esse tipo de acabamento reduz a possibilidade das páginas desprenderem-se, sendo recomendado para produtos que serão muito manuseados. Ainda, optou-se pelo papel Pólen para as páginas de texto, pois esse suporte de tom levemente amarelado torna o processo de leitura mais confortável e acolhedor.

A fim de valorizar o aspecto simbólico do conteúdo, adotou-se uma tipografia (Pica 10 Pitch) alusiva à forma como o texto foi originalmente composto: na máquina de escrever, uma Olivetti Lexikon 80, que adquiriu grande valor emocional para a família ao longo dos anos.

Por fim, adicionaram-se acabamentos que possibilitassem a interação dos usuários, promovendo um contato especial e singular com o material. Paralelamente ao texto, o livro abriga um pequeno álbum de família, recheado de fotografias e outros documentos, dispersos ao longo dos cadernos, que complementam e adicionam uma nova dimensão à história.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que um projeto familiar, a preservação desses registros também possui uma função social: serve como testemunho da realidade de uma época, informando sobre a vida cotidiana, hábitos e costumes de determinado período e local, através de histórias e personagens reais.

Sendo assim, permite reestabelecer vínculos e proteger histórias, almejando a manutenção do valor-família, exatamente no momento em que esta está sendo colocada em questão pelas transformações sociais. Atualmente, vivemos na era do instantâneo, idolatramos o “hoje” e o “agora” e nos desapegamos do passado com

uma grande facilidade. Podemos compartilhar em redes sociais tudo que pensamos ou fazemos, muitas vezes simultaneamente ao próprio ato inclusive, mas isso não significa que estamos de fato preservando esses momentos e deles retirando o aprendizado possível. Pelo contrário, na maioria das vezes trata-se de registros voláteis, efêmeros, que – ao deixarem de ser novidade – tendem a perder sua relevância em meio a uma infinidade de tantos outros.

Neste cenário, cabe aos designers um importante papel, contribuindo para o resgate dessas memórias, transformando-as em valores simbólicos, a fim de contrabalançar com aqueles da “modernidade líquida” que estamos vivendo, onde tudo muda e nada mais tem história (BAUMAN, 2010). Nas palavras de Cardoso (2012, p.234): “A grande importância do design reside, hoje, precisamente em sua capacidade de construir pontes e forjar relações num mundo cada vez mais esfacelado pela especialização e fragmentação de saberes”. Projetos como o mostrado neste artigo contribuem para isso.

AGRADECIMENTOS

As Profas. Dras. Maria Stephanou e Raquel Castedo pela bibliografia disponibilizada.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro**. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/>

2061>. Acesso em: 05 maio 2016.

BARROS, Myriam de. Memória e Família. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 29-42, 1989. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/>

2277>. Acesso em: 05 maio 2016.

BAUMAN, Zygmunt. Entrevista concedida a Adriana Prado. In: PRADO, Adriana.

IstoÉ Entrevista: Zygmunt Bauman. São Paulo: IstoÉ Independente / IstoÉ online,

2010. Disponível em: <[http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/102755_](http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/102755_VIVEMOS+TEMPOS+LIQUIDOS+NADA+E+PARA+DURAR+>)

[VIVEMOS+TEMPOS+LIQUIDOS+NADA+E+PARA+DURAR+>](http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/102755_VIVEMOS+TEMPOS+LIQUIDOS+NADA+E+PARA+DURAR+>). Acesso em: 05 maio 2016.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 43-59, 1998. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/>

[index.php/reh/article/view/2071](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2071)>. Acesso em: 05 maio 2016.

CARDOSO, Rafael. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Maria C. O Objeto, o Colecionador e o Museu. **Revista Imaginário**, São Paulo, n. 2, p. 37-45, jan. 1995.

DUPRAT, Camila. **Objetos do desejo** [Catálogo]. Porto Alegre: Santander Cultural, 2002.

EPSTEIN, Jason. **O negócio do livro**: passado, presente e futuro do mercado editorial. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FAGGIANI, Kátia. **O poder do design**: da ostentação à emoção. Brasília: Thesaurus, 2006.

FOISIL, Madeleine. A escritura do foro privado. In: CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada, 3**: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007. 4. ed.

GOMES, Angela (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HASLAM, Andrew. **O livro e o designer II**. Como criar e produzir livros. São Paulo: Rosari, 2007.

JAHN, Heloisa. O livro: um apanhado histórico. In: FERLAUTO, Cláudio. **O livro da gráfica**. São Paulo: Rosari, 2001.

JAHN, Heloisa. Editar. In: FERLAUTO, Cláudio. **O livro da gráfica**. São Paulo: Rosari, 2001.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

LYONS, Martyn. **Livro**: uma história viva. Tradução Luís Carlos Borges. São Paulo: Senac São Paulo, 2011.

MARTINS FILHO, Plínio; ROLLEMBERG, Marcello. **Edusp**: Um Projeto Editorial. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

NIEMEYER, Lucy. **Elementos de semiótica aplicados ao design**. Rio de Janeiro: 2AB, 2009.

ROSSI FILHO, Sergio. A arte do livro. In: FERLAUTO, Cláudio. **O livro da gráfica**. São Paulo: Rosari, 2001.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

STEPHANOU, Maria. **Labirinto de existências narradas**: Memórias familiares e escrita de álbuns de bebê. IV CIPA. Congresso internacional sobre pesquisa (auto) biográfica, 2010.

UNESCO. Institute for Statistics. **Book**. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13068&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 05 maio 2016.

ZINSSER, William. **On Writing Well**: The Classic Guide to Writing Nonfiction. New York: HarperCollins Publishers, 2006.